AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem aos Acionistas

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatuárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Em 2019, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento a demandas de apoio financeiro que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, durante o exercício, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio do Programa Inovacred. O objetivo é fomentar a inovação nas micro, pequenas e médias empresas, por meio do financiamento ao investimento fixo, à aquisição de máquinas e equipamentos e ao capital de giro associado.

3. Panorama Econômico

No ano de 2019, o cenário internacional, apesar de ainda muito volátil, apresentou melhores resultados em relação às condições que prevaleciam no final de 2018 e início de 2019. Naquele momento, havia uma combinação de expectativas de recessão, pelo Federal Reserve; tensões comerciais entre China e Estados Unidos, assim como os riscos geopolíticos (Brexit, indefinições políticas na Itália, crise com o Irã, crise econômica da Argentina, dentre outros). Apesar disso, o processo de recuperação da economia brasileira ganhou fôlego no ano corrente. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), a projeção de crescimento da economia brasileira é de 1,2%. Essa projeção refletiu principalmente na evolução dos fatores domésticos. Entre eles, destacam-se: a aprovação de reformas estruturais, como a da Previdência e o encaminhamento de outras reformas que permitirão equacionar o desequilíbrio fiscal estrutural; a gradativa consolidação do marco regulatório e dos programas de concessões e parcerias público-privadas na área de infraestrutura; a continuidade do ajuste fiscal no curto prazo, com forte controle do gasto público; e a redução da taxa Selic e a expansão do crédito.

A recuperação, ainda que gradual, do mercado de trabalho se deu principalmente pelo aumento do consumo. A taxa ocupação tem crescido a um ritmo relativamente forte, apesar de apresentar uma leve desaceleração. Além disso, embora com menos intensidade, a maioria das ocupações criadas ainda vem ocorrendo no setor informal. Mesmo assim, o ano de 2019 foi encerrado com a criação de 644 mil novos postos de trabalho e com crescimento do salário real, segundo o Ministério da Economia.

Em relação à política monetária de 2019, a inflação fechou o ano em 4,31%, muito próxima da meta de 4,25%. Entretanto, mesmo com a inflação sob controle, ocorreram 2 choques no final do ano: carne e energia elétrica. No caso da carne, a alta observada decorre do forte aumento do consumo chinês, já a energia elétrica é explicada pelo baixo nível dos reservatórios. O fato de a inflação estar sob controle, mesmo com choques transitórios, permitiu ao BCB continuar com a política de queda da taxa básica de juros, que vem ocorrendo desde julho. Em vista disso, a SELIC começou o ano que passou em 6,5% e terminou em 4,5%.

Diferentemente de todas as recuperações econômicas pelas quais o país passou, que grande parte foram impulsionadas pelo aumento do gasto público, seja através de investimentos ou desonerações tributárias, a recuperação atual tem sido puxada, sobretudo, pelo setor privado. Nessa conjuntura, é esperada a continuidade de um processo lento de recuperação, contudo mais consistente no longo prazo, tanto no país quanto no estado do Rio de Janeiro.

Em relação a economia fluminense, a perspectiva de desempenho em 2019 se consolida para um crescimento do PIB de 0,9%, segundo dados da FIRJAN. Este resultado representa um crescimento tímido da economia local, tendo em vista a forte queda do biênio 2015 e 2016 e o crescimento modesto em 2017 e o previsto de 2018, retratando a lenta recuperação da atividade produtiva fluminense.

O consumo das famílias ainda não apresenta sinais consistentes de recuperação, mas observa-se, na margem, uma ligeira melhora no mercado de trabalho fluminense, embora permaneça com elevado nível de ociosidade. Dados do emprego formal, disponibilizados pelo Caged/ME, corroboram a melhora do mercado de trabalho no estado. Foram criados 15,3 mil empregos formais no ano de 2019, concentrados nos segmentos de comércio, serviços e construção civil.

Sob a ótica da oferta, a atividade industrial no estado continuou a sua trajetória de expansão no trimestre finalizado em agosto, 1,3%, registrando a sua terceira alta consecutiva. O resultado do período refletiu basicamente o bom desempenho das atividades ligadas à cadeia produtiva do petróleo. Apesar da alta na produção, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostram tanto o decréscimo de 1,5 p.p. do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) no último trimestre, atingindo 75,3% (contra média histórica de 79,6%), quanto a perda de confiança dos empresários fluminenses.

4. Desempenho

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou um lucro líquido de R$ 7,2 milhões no ano de 2019, com Patrimônio Líquido de R$ 474,7 milhões e ativo total de R$ 568,4 milhões. Os investimentos em operações de crédito somam R$ 254,1 milhões, 53,6% superior ao mesmo período de 2018, composto por 73,8% de recursos próprios e 26,2% com recursos de terceiros.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até duzentos mil reais. O MPO financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro.

O ano de 2019 foi marcado pelo avanço das operações. O volume de financiamentos concedidos totalizou um montante de R$ 1.277.050,00, mais do que o triplo do ano anterior. A captação de clientes aconteceu, predominantemente, por meio de atendimento direto na agência, baseado principalmente na renovação de créditos de antigos clientes.

Também foi realizado um esforço de atualização normativa, decorrente tanto de mudanças na legislação quanto de melhorias administrativas. As normas e procedimentos foram alterados no intuito de aumentar o valor do financiamento, podendo chegar até a 21 mil reais. Além disso, foi reinserido normas de aval solidário, uma modalidade de garantia particularmente favorável ao fomento em comunidades.

Adicionalmente, além dos servidores disponibilizados pelas prefeituras conveniadas do programa para atuar como agentes de microcrédito, foi estabelecido um novo modelo com parceiros privados. Esse novo modelo, implementando por meio de projeto piloto de credenciamento de correspondentes privados remunerados por resultados, iniciou uma nova fase do programa de MPO da Agência.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

4.2.2.1. Operações de Crédito

No ano de 2019, as operações de crédito contratadas com pessoa jurídica totalizaram R$ 134,7 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Em 2019, 349 empresas receberam financiamento até 300 mil (representando 92,55% das contratações), 21 financiamento acima de 300 mil (5,59%) e 7 empresas financiamento de inovação (1,86%).

Em linha com o potencial do segmento das micro e pequenas empresas para geração de emprego e renda no cenário de recuperação econômica do Estado, foi dado continuidade ao projeto Rio em Ação – Agenda Positiva Micro e Pequena Empresa, uma parceria da AgeRio com Banco do Brasil, Caixa e Sebrae/RJ, com participação da FINEP e do BNDES. A união de esforços das instituições financeiras e do Sebrae proporcionou orientação financeira e não financeira às MPEs, além de atendimento individualizado aos interessados, por meio de eventos realizados em diversos municípios do Estado. Ao todo foram realizados oito eventos em diversas regiões do Estado.

4.2.2.2. Investimentos em Participações

Na posição de 31 de dezembro de 2019, a AgeRio havia integralizado um total de R$ 20,9 milhões em 4 Fundos de Investimentos em Participação (FIP) e 1 Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). Os fundos investidos contribuíram para o desenvolvimento de 23 projetos fluminenses (13 de empresas, 3 de infraestrutura de salas de cinema e 7 de produção ou distribuição de filmes). As participações societárias indiretas, operacionalizadas por meio dos fundos, contam com a administração e a gestão de especialistas, realizadas por instituições certificadas e autorizadas pela CVM para tais funções, proporcionando maior governança e profissionalismo aos investimentos feitos.

Considerando os valores dos demais cotistas, o total aprovado para aportes no Rio de Janeiro somou R$ 134,1 milhões – o que representa uma alavancagem de investimentos no estado de 6,42 vezes o valor desembolsado pela AgeRio.

4.2.3 Operações com Setor Público

As operações com setor público representaram, em 2019, 3,09% das contratações realizadas no período, beneficiando municípios das regiões Metropolitana e Sul Fluminense. No exercício, a AgeRio prospectou operações com 40 municípios no Rio de Janeiro, na qual realizou contratações com Miguel Pereira, no valor de R$ 4,50 milhões, e Paty do Alferes, no valor de R$ 3,51 milhões.

5. Carteira de Crédito – Própria e Administradas

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R$ 1,750 bilhão, assim composto:

a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R$ 254.110 mil, um aumento de 53,6% em relação à posição de fechamento do exercício anterior;

b) As carteiras administradas pela AgeRio apresentaram saldo de R$ 1,496 bilhão, sendo compostas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (FREMF) e Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO), os dois últimos indisponíveis para realização de novas operações de crédito ao longo de 2019.

Carteira Própria + Carteira Administrativa

Fonte		31/12/2018		31/12/2019
Própria CP	R$	43.414.156,87	R$	56.527.154,58
Própria LP	R$	122.030.034,16	R$	197.583.156,55
Carteira Própria	R$	165.444.191,03	R$	254.110.311,13
FUNDES	R$	1.501.242.618,71	R$	1.496.625.812,21
FREMF	R$	287.202,70	R$	–
FEMPO	R$	7.575.53	R$	7.307,15
Carteira Administrativa	R$	1.501.537.396,94	R$	1.496.633.119,36
Carteiral Geral	R$	1.666.981.587,97	R$	1.750.743.430,49

6. Gestão

6.1. Governança

A AgeRio possui estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente, assegurando a conformidade de seus processos.

Em 2019 a Agência aprovou em Assembleia Geral a reforma de seu Estatuto Social, fortalecendo o processo de aprimoramento contínuo e contemplando, entre outras alterações: (i) a exclusão de suplentes para o Conselho de Administração, em atendimento à determinação do Banco Central do Brasil na análise da Assembleia Geral Extraordinária de 04 de julho de 2018; (ii) a inclusão para contemplar a atuação da Ouvidoria como última instância na prestação de atendimento às demandas dos clientes e demais interessados, conforme preceitua a Resolução CMN n° 4.433/2015. Nessa reforma também foi incorporada a atribuição de Remuneração ao Comitê de Elegibilidade, para contemplar o critério e as atribuições do referido comitê em relação à Política de Remuneração dos Administradores, em atendimento à Resolução CMN n° 3921/2010. Além do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, no Estatuto Social da Agência estão definidos os seguintes Comitês que compõem a estrutura de governança da empresa: Comitê de Crédito e Renegociação, Comitê de Compras e Contratações, Comitê de Investimentos, Comitê de Ética e Comitê de Auditoria. Os Comitês possuem regimes de alçadas e regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Ao longo do exercício, a AgeRio consolidou o conjunto de políticas e normas necessárias para atendimento das diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que se encontra integralmente atendida e refletida em sua estrutura de governança.

6.2. Ética

As atividades da AgeRio e todas as ações de sua Administração, empregados e colaboradores, são pautadas em transparência, princípios éticos e pelo valor da integridade. O Código de Ética e Conduta está adequado às normas legais vigentes e às boas práticas de mercado no que concerne à prevenção à lavagem de dinheiro e ao fortalecimento da governança corporativa e da cultura ética. A AgeRio possui Comitê de Ética autônomo instalado para apuração de infrações éticas por parte do corpo funcional, nos termos do Decreto Estadual n° 43.583/2012. A empresa promove anualmente iniciativas para disseminar, por toda a organização, os preceitos éticos que orientam a atuação da AgeRio.

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AGÊNCIA compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AGÊNCIA para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013. A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AGÊNCIA.

(R$ Mil)	**31/12/2019**
Patrimônio de Referência (PR)	468.462
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535
Patrimônio de Referência para comparação com RWA	423.927
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	445.973
RWACPAD	302.707
RWAOPAD	143.267
RWA para Risco de Mercado	0
Valor Total da RBAN	154
Limite para Imobilização	211.964
Índice de Basiléia (IB)	95,06%
Índice de Basiléia Exigido	13,00%

6.4 Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e padrões éticos e de integridade promovidos pela Agência, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração e estão estruturadas por política interna aprovada pelo Conselho de Administração. Além de ações preventivas e de detecção, a empresa capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

A AgeRio possui Programa de Integridade, que consiste no conjunto de valores, normas e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.

Em linha com o conjunto de ações para o fortalecimento deste programa, a AgeRio dispõe de um canal de denúncias, que possibilita aos empregados, clientes, fornecedores e público em geral o envio de comunicações de irregularidades ou inconformidades, por meio de ambiente apropriado em seu sítio eletrônico, com a preservação do sigilo da identidade do comunicante.

7. Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade socioambiental é um dos valores institucionais da AgeRio e reflete-se em todas as ações, negócios, gestão e relacionamentos da AGÊNCIA. Em relação a apoio financeiro, a AgeRio incentiva a execução de projetos que apresentem impactos ambientais positivos por meio de linhas de financiamento com condições especiais para projetos ecoeficientes.

As relações de trabalho são pautadas pela ética e transparência, incentivo à gestão participativa e à meritocracia, bem como pelo respeito à diversidade. A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 31 de dezembro de 2019, 39% do quadro de empregados e 47% das funções de gestão (coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores) eram ocupados por mulheres.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - R$ mil

A T I V O	**Notas**	**2019**	**2018**
CIRCULANTE		**299.789**	**326.677**
DISPONIBILIDADES		**27**	**4**
Caixa		2	1
Bancos		25	3
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**4**	**228.215**	**260.342**
LFT		10.472	–
Cotas de Fundos de Investimentos		217.743	260.342
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**5**	**44.759**	**35.944**
Operações de Credito		**56.542**	**43.413**
- Setor Privado		**51.860**	**38.264**
- Setor Público		**4.682**	**5.149**
(Provisão para Operações de Crédito)		(11.783)	(7.469)
OUTROS CRÉDITOS	**6**	**4.225**	**7.139**
Diversos		4.225	7.139
OUTROS VALORES E BENS		**22.564**	**23.248**
Bens não de Uso Próprio	7	28.729	29.029
Impairment de Bens não de Uso		(6.664)	(6.218)
Despesas Antecipadas		498	436
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4**	**257.356**	**217.550**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**81.643**	**120.636**
LFT		47.123	93.887
Cotas de Fundos em Participação		34.110	26.448
Cotas dos Fundos Garantidores		410	301
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**5**	**175.713**	**96.914**
Operações de Crédito		**197.608**	**122.030**
- Setor Privado		183.517	107.887
- Setor Público		14.091	14.143
(Provisão para Operações de Crédito)		(21.895)	(25.116)
PERMANENTE		**11.308**	**13.668**
IMOBILIZADO DE USO	**8**	**3.281**	**4.372**
Edificações		8.865	8.865
Instalações		6	6
Móveis e Equipamentos		916	915
Sistema de Comunicação		48	37
Equipamento de Processamento de Dados		1.984	1.980
Depreciações Acumuladas		(8.538)	(7.431)
INTANGÍVEL	**9**	**8.027**	**9.296**
Licença de Uso de Software		14.272	14.231
Amortização Acumulada		(6.245)	(4.935)
TOTAL		**568.453**	**557.895**

P A S S I V O	**Notas**	**2019**	**2018**
CIRCULANTE		**46.533**	**36.897**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	**10**	**18.512**	**20.384**
BNDES		6.023	9.177
FINAME		1.489	2.529
FINEP		11.000	8.678
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	28.021	16.513
Cobrança e Arrecadação de Tributos		-	7
Sociais e Estatutárias		7.200	2.700
Fiscais e Previdenciárias		1.980	1.668
Diversas		18.841	12.138
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**47.123**	**48.906**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	**10**	**47.123**	**48.906**
BNDES		5.772	11.653
FINAME		1.670	3.157
FINEP		39.681	34.096
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**	**474.797**	**472.092**
CAPITAL SOCIAL		**468.949**	**468.948**
Capital Social		468.949	468.948
RESERVAS DE LUCROS		**5.848**	**3.144**
TOTAL		**568.453**	**557.895**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - R$ mil

	R$ Mil		
	Segundo Semestre	**Exercícios findos em 31 de dezembro**	
	2019	**2019**	**2018**
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**16.940**	**42.516**	**37.543**
Receita de Operações de Crédito	8.597	15.966	14.673
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8.344	26.550	22.870
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(3.393)**	**(5.756)**	**(8.016)**
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.193)	(2.749)	(3.487)
Provisão para Operações de Crédito	(2.200)	(3.007)	(4.529)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**13.547**	**36.760**	**29.527**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(12.055)**	**(25.183)**	**(24.178)**
Receita de Prestação de Serviços	8.048	15.173	13.221
Despesa de Pessoal	(15.053)	(29.784)	(27.574)
Outras Despesas Administrativas	(3.979)	(7.960)	(7.935)
Despesas Tributárias	(1.399)	(3.093)	(2.741)
Outras Receitas Operacionais	396	557	939
Outras Despesas Operacionais	(68)	(76)	(89)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.492**	**11.577**	**5.349**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**–**	**(266)**	**1.999**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**1.492**	**11.311**	**7.348**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**673**	**(3.617)**	**(4.061)**
Provisão para Imposto de Renda	427	(2.219)	(2.193)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	246	(1.398)	(1.868)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	**(490)**	**(490)**	**(474)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**1.675**	**7.204**	**2.814**
Juros s/Capital Próprio	(4.500)	(4.500)	(2.700)
por ação do capital social	0,01	0,04	0,02

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(MÉTODO INDIRETO)

	R$ Mil		
	Segundo Semestre/2019	**Exercício Findo 31 de dezembro 2019**	**Exercício Findo 31 de dezembro 2018**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2019**	**2019**	**2018**
LUCRO LÍQUIDO	**1.675**	**7.204**	**2.814**
Ajustado por:			
Desvalorização de Outros Valores e Bens	–	446	508
Depreciações e Amortizações	1.213	2.430	2.418
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	2.200	3.007	4.217
Reversão de Provisão Passivo Contingente	66	66	33
Ajuste Efeito Líquido JCP	(4.500)	(4.500)	(1.502)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**654**	**8.653**	**8.488**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	**(3.820)**	**(4.903)**	**(11.670)**
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	61.108	71.120	3.104
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(77.965)	(90.621)	(6.745)
Redução (aumento) em Outros Créditos	5.597	2.915	2.725
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	46	239	1.321
(Redução) aumento em Outras Obrigações	7.394	11.444	(11.829)
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	(247)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(3.166)**	**3.750**	**(3.183)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(60)	(71)	(109)
Baixa de Imobilizados	(1)	(1)	(0)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(61)**	**(72)**	**(109)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	3.250	(3.655)	(6.747)
Aumento de Capital com Renuncia de Dividendos – JCP	–	–	10.000
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**3.250**	**(3.655)**	**3.253**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	22	23	(39)
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	5	4	43
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	27	27	4
AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	**22**	**23**	**(39)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

continua

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - em R$ mil

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 30/JUN/19	**468.949**	**2.408**	**1.012**	**5.253**	**477.622**
Ajuste de Exercício Anterior	–	–	–	–	–
Aumento de Capital com Reservas	–	–	–	–	–
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos	–	–	–	–	–
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	1.675	1.675
Destinações					
Constituição de Reservas	–	84	2.344	(2.428)	–
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	–	–	–	(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	**468.949**	**2.492**	**3.356**	**0**	**474.797**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**84**	**2.344**	**(5.253)**	**(2.825)**
SALDOS EM 31/DEZ/17	**453.102**	**2.080**	**5.846**	**–**	**461.028**
Ajuste de Exercício Anterior	–	–		(247)	(247)
Aumento de Capital com Reservas	5.846	–	(5.846)	–	–
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos	10.000				10.000
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	2.814	2.814
Destinações					–
Constituição de Reservas	–	52	1.012	(1.064)	–
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	–	–	–	(1.502)	(1.502)
SALDOS EM 31/DEZ/18	**468.948**	**2.132**	**1.012**	**0**	**472.092**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**15.846**	**52**	**(4.834)**	**0**	**11.065**
Ajuste de Exercício Anterior	–	–	–	–	–
Aumento de Capital com Reservas					–
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos	–	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	7.204	7.204
Destinações					
Constituição de Reservas	–	360	2.344	(2.704)	–
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	–	–	–	(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	**468.948**	**2.492**	**3.356**	**–**	**474.797**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**360**	**2.344**	**–**	**2.704**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018 (Em reais mil)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP, e do FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, quando não conflitantes com as regulamentações do CMN e BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	de Caixa Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Em 09 de março de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da instituição é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda e expressas em milhares de reais, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras , a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.

A AgeRio vem investindo em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

e.1) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

e.2) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

e.3) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

g) Ativo Permanente

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

h) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base o Art. 1º, Inciso I, da Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

l) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – "c2".

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

m) Créditos tributários

Com base no histórico de operação da Instituição, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12/2019	12/2018
I – Curto Prazo	228.215	260.342
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	217.743	260.342
LFT – Carteira Própria	10.472	–
II – Longo Prazo	81.643	120.636
LFT – Carteira Própria	47.123	93.887
Cotas de Fundos em Participações (ii)	34.110	26.749
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	410	–
Total de Títulos e Valores Mobiliários	309.858	380.978

(i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e FI CAIXA AgeRio, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco e pela Caixa Econômica Federal. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo elsouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O FI CAIXA é um fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. (ii) As aplicações em cotas de Fundos em Participações, que totalizam R$ 34.110 mil em 2019 (R$ 26.749 mil em 2018), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 578, de 30 de agosto de 2016, emitida pela CMN, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/ Contábil
BBI	R$ 10.000	R$ 9.600	R$ 23.911
Performa Key	R$ 5.000	R$ 4.218	R$ 3.983
NascenTI	R$ 2.000	R$ 2.000	R$ 2.514
Funcine	R$ 2.000	R$ 2.000	R$ 1.051
Br Startups	R$ 3.000	R$ 3.000	R$ 2.651
Total (ii)	**R$ 22.000**	**R$ 20.818**	**R$ 34.110**

(iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos, correspondem a R$ 410 mil em dezembro de 2019 (R$ 301 mil em 2018).

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/ Contábil
FGI	R$ 45	R$ 45	R$ 78
FGO	R$ 140	R$ 140	R$ 332
Total (iii)	**R$ 146**	**R$ 146**	**R$ 410**

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações 2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução nº 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 2019 Resolução nº 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2018	Valor da Provisão 2018
AA	–	–	–	–	–	–	–
A	64.874	0,5	324	–	324	14.918	75
B	86.933	1	874	–	863	56.872	595
C	68.644	3	2.059	990	3.049	59.283	3.024
D	260	10	26	3	29	568	67
E	23	30	7	–	7	–	0
F	3.632	50	1.816	4	1.819	4.211	2.112
G	11.569	70	8.098	1.301	9.399	25.483	22.603
H	18.214	100	18.175	–	18.175	4.109	4.109
TOTAL	**254.150**	**–**	**31.379**	**2.298**	**33.677**	**165.444**	**32.585**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	2019	2018
Saldo no início do período	32.585	30.825
Constituição da provisão	5.161	4.689
Constituição da provisão adicional	18	2.545
Reversão de provisão	(1.960)	(3.281)
Créditos baixados para Prejuízo	(2.127)	(2.193)
Saldo no fim do período	**33.678**	**32.585**

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	2019	2018
Setor Privado	**51.860**	**38.264**
Recursos Próprios	32.634	20.479
Repasse	19.226	17.785
Setor Público	**4.682**	**5.149**
Recursos Próprios	4.566	4.951
Repasse	116	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	**(11.783)**	**(7.469)**
Saldo Final do Período	**44.759**	**35.944**

Longo Prazo	2019	2018
Setor Privado	**183.517**	**107.887**
Recursos Próprios	136.297	60.147
Repasse	47.220	47.740
Setor Público	**14.091**	**14.143**
Recursos Próprios	14.091	14.028
Repasse	–	115
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	**(21.895)**	**(25.116)**
Saldo Final do Período	**175.713**	**96.914**

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

	2019	2018
Vencidas	**3.410**	**1.346**
Até 60 dias	872	942
De 60 dias a 180 dias	1.243	306
Acima de 180 dias	1.295	98
Vincendas	**250.739**	**164.098**
Até 180 dias	25.268	19.126
De 181 a 360 dias	27.863	22.942
Acima de 360 dias	197.608	122.030

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Setor de atividade	2019	2018
Administração pública	15.443	19.293
Alimentos e Bebidas	21.109	19.316
Comércio	45.129	20.679
Construção e Imobiliário	8.560	5.889
Educação, Saúde e outros	20.886	18.769
Máquinas e equipamentos	2.582	3.925
Mineração	1.631	4.743
Químico e Petroquímico	4.408	3.731
Serviços Privados	35.370	25.225
Telecomunicações	18.756	20.150
Outros	80.276	23.724
Total	**254.150**	**165.444**

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Impostos e Contribuições a Compensar	1.386	1.387
Adiantamentos e Antecipações	162	169
Devedores por depósito em garantia	80	80
Conta transitória de financiamento	2.555	5.280
Diversos	42	223
Total	**4.225**	**7.139**

O saldo de R$ 2.555 mil da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se a recebimentos ocorridos no final do mês a classificar no mês seguinte.

NOTA 7 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	2019	2018
Bens não de uso próprio	28.729	29.029
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)

O valor de R$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO

Bens	Taxa de Depreciação	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2018
IMOBILIZADO DE USO		**3.281**	**(1.091)**	**–**	**4.372**
Custo de aquisição		**11.819**	**30**	**14**	**11.803**
Edificações	8%	8.865	–	–	8.865
Instalações	10%	6	–	–	6
Móveis e Equipamentos	10%	916	15	14	915
Sistemas de Comunicação	10%	48	11	–	37
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.984	4	–	1.980
Depreciação Acumulada		**(8.538)**	**(1.121)**	**14**	**(7.431)**

A taxa de depreciação fixada para "Edificações" corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 31 de Dezembro de 2019, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

A administração realizou a avaliação interna e não foram identificados indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio.

continua

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018 (Em reais mil)

NOTA 9 – INTANGÍVEL

Bens	Saldo em 2019	Adições	Transferência	Saldo em 2018
ATIVOS INTANGÍVEIS	**8.027**	**(1.269)**	**–**	**9.296**
Custo de aquisição	**14.272**	**41**	**–**	**14.231**
Licenças Antes de 01/10/2013	**126**	**–**	**–**	**126**
Licença Uso Software – Informática	126	–	–	126
Licenças A Partir de 01/10/2013				**14.105**
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	–	–	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.833	41	172	12.620
Licença Uso Software – Em Andamento	–	–	(172)	172
Amortização Acumulada	**(6.245)**	**(1.310)**	**–**	**(4.935)**

(i) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Temporário" é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.
(ii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Permanente" é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017.
(iii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Em Andamento" é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, que teve sua execução finalizada no 1º semestre/2019. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.
A administração realizou a avaliação interna e não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Intangível da AgeRio.

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	2019	2018
CURTO PRAZO	**18.512**	**20.384**
BNDES	6.023	9.177
Finame	1.489	2.529
FINEP	11.000	8.678
LONGO PRAZO	**47.123**	**48.906**
BNDES	5.772	11.653
Finame	1.670	3.157
FINEP	36.681	34.096

Correspondem a recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos, taxas e indexadores.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	2019	2018
Até 180 dias	10.132	10.146
De 181 a 360 dias	8.380	10.238
Acima de 360 dias	47.123	48.907
Vincendas	**65.635**	**69.291**

NOTA 11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	2019	2018
Dividendos - Governo do Estado do RJ	2.484	773
JCP - Governo do Estado do RJ	4.716	1.927
Total (i) e (ii)	**7.200**	**2.700**

(i) Em 09 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R$ 2.700 mil, relativos aos Dividendos e Juros Remuneratórios do Capital Próprio provisionado em dezembro de 2018, e encontra-se em homologação junto ao Banco Central do Brasil (BCB) para posterior registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e contabilização. No exercício de 2019 foi efetuada uma provisão no valor de R$ 4.500 mil.
(ii) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

b) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	225	236
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	444	187
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	23	26
Impostos e Contribuições s/ salários	1.288	1.219
Total	**1.980**	**1.668**

c) Diversas

c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	2019	2018
Provisão Para Despesas de Pessoal	3.976	3.625
Outras Despesas Administrativas	91	66
Outros Pagamentos	52	40
Total	**4.119**	**3.731**

c.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	2019	2018
FGI – Honra recebida	124	125
Passivos Trabalhistas	252	187
Total	**376**	**312**

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.
A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R$ 252 mil em 12/2019 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.
A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R$ 2.946 mil. No exercício de 12/2018, o valor estimado era de R$ 3.100 mil.

c.3) Credores Diversos no País

	2019	2018
Recursos do FEMPO	2	7
Repasses - FUNDES / FREMF	6.864	5.982
Recursos do FUNGETUR	6.619	–
Diversos	861	1.633
Total	**14.346**	**7.622**
Total Diversas	**18.841**	**11.665**

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para repasse no mês seguinte. Em 2019 a AgeRio tornou-se credenciada do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito. Esse fundo é vinculado ao Ministério do Turismo e voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo base para beneficiar cidades que desejam investir no setor.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R$ 468.949 mil (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais) e em 2018 eram R$ 468.949 mil, representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
Total	**170.880.389**

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

NOTA 13 - DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	2019	2018
Receita com Operações de Crédito	15.966	14.673
Receita com Títulos Públicos Federais	3.072	5.672
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	15.948	16.473
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	7.530	725
Total	**42.516**	**37.543**

b) Receita com a Prestação de Serviços

	2019	2018
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	12.622	12.257
Receita com Tarifas	2.551	964
Total	**15.173**	**13.221**

c) Despesa de Pessoal

	2019	2018
Proventos	16.485	15.673
Encargos Sociais	5.764	5.390
Honorários de diretores e conselheiros	1.918	1.646
Benefícios	4.948	4.302
Treinamentos	205	167
Estagiários	464	396
Total	**28.784**	**27.574**

d) Outras Despesas Administrativas

	2019	2018
Despesa de Energia Elétrica	180	210
Despesa de Aluguéis	36	106
Despesa de Comunicação	171	162
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	299	279
Despesa com Materiais	68	43
Despesa Processamento de Dados	1.950	2.170
Despesa Promoções e Relações	37	56
Despesa de Propaganda e Publicações	134	147
Despesa de Seguros	73	81
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	118	81
Despesa com Serviço de Terceiros	800	499
Despesa Serviço de Vigilância	81	113
Despesa Serviço Técnico Especializado	175	272
Despesa de Transporte	173	186
Despesa com Viagens	120	113
Outras Despesas Administrativas	1.115	1.000
Despesa com Depreciação e Amortização	2.430	2.418
Total	**7.960**	**7.935**

e) Despesas Tributárias

	2019	2018
ISS	380	293
COFINS	2.198	1.994
PIS	357	324
Outros Impostos e Taxas	158	130
Total	**3.093**	**2.741**

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	11.311	11.311	7.348	7.348
Participação nos lucros	490	490	474	474
Juros sobre o Capital Próprio	4.500	4.500	2.700	2.700
Resultado após participações	6.321	6.321	4.174	4.174
Adições	3.371	3.371	5.649	5.649
Exclusões	370	370	3.627	3.627
Lucro Líquido Ajustado	**9.322**	**9.322**	**6.196**	**6.196**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	446	446
Base I.R. e Contrib. Social	9.322	9.322	6.642	6.642
IR - 25% e CSLL - 20% (2020) e 15% (2019)	**2.219**	**1.398**	**1.534**	**1.328**
Ganho Tributário JCP	1.098	675	659	540

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 16 - SEGUROS

Seguro	Vigência	Valor Máximo de Cobertura (R$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2019 a 25/02/2020	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2019 a 17/04/2020	15.000

Em 31 de dezembro de 2019, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 17 – LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.
A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.
A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.
Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	468.462	462.797
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	423.927	418.262
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	445.973	582.131
- RWA_{CPAD}	302.707	452.384
- RWA_{OPAD}	143.267	129.746
- RWA_{MPAD}	–	–
RBAN	154	627
Limite para Imobilização (LI)	211.964	209.131
Situação para Limite de Imobilização	3.281	4.372
Índice de Imobilização (II)	0,77%	1,05%
Índice de Basiléia (IB)	95,06%	71,85%
IB Amplo	N/A	70,96%

NOTA 18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as recomendações dos supervisores, reguladores e as práticas de mercado e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.
O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatuário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.
Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco reputacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

b) Risco de Mercado

A AGERIO não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações da AGERIO expostas ao risco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

d) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

e) Risco Reputacional

O risco reputacional considera impactos advindos do risco de imagem, decorrente de publicidade negativa, verdadeira ou não, ou a eventos relevantes vinculados a outro tipo de risco, com possibilidade de perdas decorrentes do desgaste do nome da entidade em relação a clientes, empregados, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.

NOTA 19 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da Agência a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores.
As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e *compliance*.
Dentre as ações realizadas no âmbito da prevenção à PLD está o processo de Conheça seu Cliente, Conheça seu Empregado, Conheça se Fornecedor e análise de novos produtos e serviços.
Adicionalmente, a AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.
A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição.

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.
A remuneração com os administradores no ano de 2019, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R$ 1.917 mil (R$ 1.646 mil na data base de 31 de dezembro de 2018).

NOTA 21 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.
A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.
De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 22 – EVENTO SUBSEQUENTE

A Administração da AgeRio tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 pelo mundo e empenha os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica da Agência.
Os possíveis impactos identificados por seus administradores deverão ser mitigados em razão do exposto a seguir:
a) A eventual elevação da inadimplência da carteira de crédito da AgeRio está contemplada no âmbito do Plano de Medidas Contingenciais para instituições financeiras, que tem como base a Resolução do BACEN nº 4.782 de 16 de março de 2020, e
b) Variações no valor dos investimentos da AgeRio: cabe destacar que a Agência não possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Multimercado, sendo as suas aplicações em Fundos de Investimentos lastreados por Títulos Públicos Federais. Sobre as aplicações em Fundos de Participações (FIPs), em nenhum dos investimentos há a presença de empresas de capital aberto. Assim, o valor dos investimentos da AgeRio não deverá ser diretamente impactado pelas bruscas oscilações observadas no mercado de capitais em decorrência do COVID 19.

Alexandre Rodrigues Pereira - Presidente | **Valquíria Xavier Delmondes -** Diretora de Controladoria e Risco | **Tatiane Dutra Rosa Peres -** Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8 - CPF: 086.192.197-66

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. 1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. 1.3 Composição: Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente e funções indelegáveis, é composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Flavio Correia Santos e sendo presidido pela Sra. Carla Christina Fernandes Pinheiro, sendo também membro do Conselho de Administração da AGÊNCIA. Todos exercendo o primeiro mandato e com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 6 (seis) vezes no segundo semestre de 2019, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:** No segundo semestre de 2019 não foram apresentadas recomendações. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AgeRio está em constante aperfeiçoamento, sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, assim, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de recursos suficientes e canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas. **7 CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Executiva (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades, de risco e gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), da área de gestão do Controle Interno, Riscos e Compliance, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, ambas referentes ao exercício de 2019, com os consequentes encaminhamentos, em primeiro, ao Conselho de Administração e, em seguida, à Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 20 de março de 2020. **COMITÊ DE AUDITORIA:** Carla Christina Fernandes Pinheiro (Presidente) - Flavio Correia Santos (Membro).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A - AgeRio
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. ("Agência" ou "AgeRio")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AgeRio em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis consolidadas

A AgeRio elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório separado, não contendo qualquer modificação, com data de 11 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

continua

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, as não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1CRCRS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico
Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico